

# Painel

## Inadimplência

O deputado Pratin de Moraes, — ex-ministro da Indústria e do Comércio e relator do chamado "Grupo dos 11" do PDS — advertiu que se as oposições persistirem no propósito de rejeitar o decreto-lei 2.064 o Brasil correrá o risco de ter declarada sua inadimplência por parte dos credores internacionais.

Este assunto, aliás, é o que mais preocupa, no momento, as autoridades econômicas de Brasília, pois acumulam-se os sintomas, no Exterior, de uma próxima declaração do "default" brasileiro: a queda, na Bolsa de Nova York, das ações dos bancos credores do Brasil, e a exigência dos nossos fornecedores de petróleo de pagamento "cash", isto é, no ato de compra.

## Consequência

Avaliação de um diplomata estrangeiro que reside em Brasília há dez anos e é o responsável pelo setor econômico da embaixada de um dos países do chamado "grupo dos 9" — as nações mais desenvolvidas do mundo ocidental:

"A decretação das medidas de emergência em Brasília indica, para nós, que o presidente Figueiredo está politicamente enfraquecido e, portanto, que os países e bancos credores do Brasil devem dificultar ainda mais a renegociação da dívida externa brasileira. Em qualquer parte do mundo, fragilidade política de governo é sinônimo de risco de instabilidade político-institucional, fator a reter para a geladeira qualquer novo pedido de empréstimos do respectivo país."

## Renúncia

O presidente Figueiredo poderá mesmo, a qualquer momento, anunciar seu desligamento da "presidência de honra" do PDS.

Esta é uma idéia que ele vem alimentando já há algum tempo e que parece ter sedimentado esta semana, depois de ter sido informado do volume e do diapasão das novas críticas ao seu governo, feitas na reunião de quinta-feira passada do Diretório Nacional do partido.

A Figueiredo se atribui, inclusive, o desabafo de que "é impossível esperar o apoio de um partido que se apresenta aos cacôs".

## Apoio presidencial

O presidente Figueiredo confirmou a deputados que foram ao jantar na residência do ex-governador José Maria Marin, quinta-feira, que apóia o projeto do deputado piauiense Heráclito Fortes, do PMDB, suspendendo a fidelidade partidária por um ano.

## Encontros

O ex-prefeito Olavo Setúbal reuniu-se sexta-feira com o general Danilo Venturini, secretário do Conselho de Segurança Nacional. Foi durante o café da manhã, no Caesar Park Hotel, de São Paulo, onde estava hospedada a comitiva do presidente Figueiredo. Dois dias antes, Setúbal havia conversado com o senador e presidente Marco Maciel, de Pernambuco, também em São Paulo. Esse encontro foi na residência do advogado Cláudio Lembo.

## Nova data

Inicialmente marcado para o início de novembro, o jantar do presidente Marco Maciel com empresários paulistas foi transferido para o dia 21 do próximo mês. Será no Nacional Club, mesmo local onde outro presidencial, Paulo Maluf, estará reunido amanhã, também com empresários.

## Consulta

O deputado federal Albérico Cordeiro (PDS-AL) revela que uma consulta feita recentemente aos oficiais superiores das Forças Armadas concluiu pelo apoio maciço em favor da eleição direta para a Presidência da República.

Detalhe: a maioria esmagadora dos consultados manifestou-se pela realização do pleito direto já em relação à escolha do sucessor do presidente Figueiredo, em 85.

## Nada a declarar

O repórter telefonou ontem para a casa do general Newton Cruz, comandante militar do Planalto e executor das medidas de emergência na Capital Federal, para saber das novidades.

"Hoje não tenho nada a declarar. Está tudo calmo", foi a resposta do general, antes de desligar o telefone.

Na véspera, ele justificou a proibição de reuniões em Brasília dizendo

estar informado de que diversos sindicatos da cidade estavam cogitando de fazer reuniões para discutir o decreto das emergências.

"Sindicato não vai discutir decreto. Sindicato tem é que discutir problemas sindicais", afirmou o general obviamente se esquecendo de que as novas mudanças na política salarial foram determinadas por um decreto-lei, o 2.064.

## Alça de caixa

Ao contestar mais uma vez as acusações de intransigência na frustrada tentativa de negociação em torno da política salarial, o deputado Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, disparou:

"O que nós não queremos é pegar em alça de caixa de defunto."

## Limites

Perguntaram ao general Rubem Ludwig, em São Paulo, até quando o governo vai legislar por decretos.

"Até onde a lei e a Constituição permitirem", respondeu o chefe do Gabinete Militar, respirando fundo.

## O que falta

Para o secretário do Planejamento de São Paulo, José Serra, "o 2.064 tem fatos positivos no que se refere à parte tributária". Mas, segundo ele, "faltou um reajuste de impostos para amenizar as quedas de receitas dos Estados e municípios".

## Inflação

No início desta semana, o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, afirmou, categoricamente, que a inflação de outubro seria inferior a 10 por cento, caindo bastante em relação à marca registrada no mês passado.

No dia seguinte, o diretor do IBGE, Julian Chacel, fazia uma previsão oposta, sustentando que a taxa inflacionária continuará acima dos 10 por cento, diante do comportamento alista dos preços dos gêneros alimentícios.

Galvão replicou, mas sem muita convicção: "Espero que o Chacel esteja errado."

Aquela altura já era do conhecimento das autoridades econômicas a notícia intranquilizadora: nos dez primeiros dias de outubro, a inflação acumulada do mês havia disparado, atingindo a marca recorde de 14 por cento.

O "remédio", agora, é "expurgar" ao máximo. Por isso foi suspenso, à última hora, o novo aumento dos preços dos derivados do petróleo, que deveria ter entrado em vigor no último dia 15.

## Sem saber

Alguns ministros parecem não ter tido a mínima curiosidade em relação ao decreto 2.064. Ou então só foram informados na última hora.

Sexta-feira, dia em que o decreto saiu nos jornais, jornalistas perguntaram ao ministro Hélio Beltrão quais os efeitos do 2.064 sobre a Previdência Social.

"A bem dizer, eu ainda não li o decreto. Recebi uma cópia ontem e vou analisá-lo agora", respondeu Beltrão.

## Contraponto

Remo Franco

## O milagre e a pedra

Logo no primeiro discurso como presidente, em outubro de 1969, Garrastazu Médici revelou inusitado poder de síntese. E bateu o recorde de palavra (pronunciada) por desastre (anunciado).

Parafrazando Rui Barbosa, Médici inaugurou de saída o decantado "milagre" brasileiro:

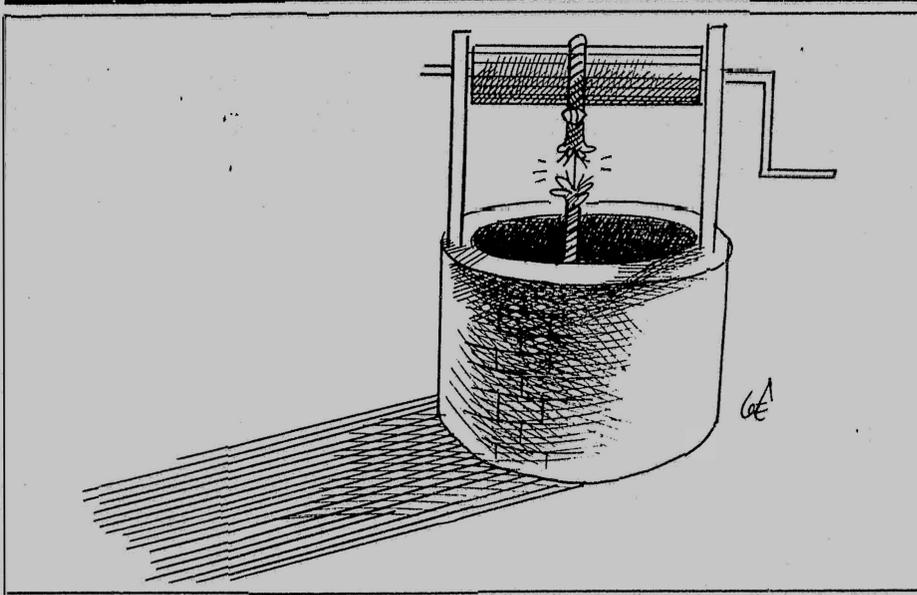
"Creio nos milagres que os homens fazem com suas próprias mãos e naqueles da vontade coletiva."

Não satisfeito, lançou a pedra fundamental da tecnocracia. Com Delfim Neto no Ministério da Fazenda, Mário Andreazza nos Transportes, Costa Cavalcanti no Interior, João Batista Figueiredo na Casa Militar e Leitão de Abreu na Casa Civil.

A luz acendeu, o "milagre" acabou, a pedra continua em nosso sapato. Com Figueiredo no Planalto, Delfim no Planejamento, Andreazza no Interior, Leitão na Casa Civil e Cavalcanti na Eletrobrás.

# Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do Jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.



## Para onde vamos?

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

Já houve tempo, não tão distante assim, em que a política econômica deste País girava em torno da implantação de novos setores industriais, da construção de estradas e hidroelétricas, e, digamos, ao combate à inflação. Um dos mais desconcertantes traços da atualidade é justamente a mudança ocorrida no referencial da política econômica. Desde há alguns anos, as atenções e esforços das autoridades públicas encontram-se primordialmente voltados para o chamado fechamento do balanço de pagamentos e, mais recentemente para o cumprimento de compromissos assumidos perante o FMI no presente momento, um novo deslocamento parece verificar-se: medidas de política econômica — como, por exemplo, a nova lei de salários — passam a ser abertamente relacionadas à necessidade de conquistar a boa vontade dos banqueiros ou, mesmo de fornecer-lhes argumentos para que se justifiquem perante os seus acionistas.

A primeira observação a ser feita acerca deste insólito processo é que os objetivos de política econômica deixaram de ser referidos, diretamente pelo menos, aos interesses da economia e da população e, além disto, o próprio efetivas medidas passa para um segundo plano — o seu significado último consiste em evitar algo (que se presume) pior. Esta relação indireta e negativa explica talvez o que o sentido e a própria intensidade das medidas, estranhamente, independam do estado em que se encontre a economia. Assim, por exemplo, neste momento, com o desemprego atingindo níveis jamais vistos neste País, e as empresas em situação pré-falimentar, são anunciados novos cortes do gasto público e mais impostos, insiste-se, assim, numa linha de política econômica que vem sendo aplicada desde fins de 1980 — quando, observe-se, a economia praticamente não apresentava desemprego industrial, e as empresas exibiam uma situação financeira relativamente saudável.

Um outro e não menos desconcertante fato é que tão pouco se consegue entender porque as medidas propostas interessam ou mesmo

concernem ao FMI, aos banqueiros, e aos seus acionistas. De fato, não é fácil entender porque razões o FMI se dedica a especificar metas (de resto inexigíveis) para a redução do processo inflacionário. Muito mais reinota e nebulosa é, porém, a relação entre os interesses dos acionistas dos bancos credores e, digamos, a compressão dos salários.

Por fim, a eficácia das medidas é cada vez mais amplamente desacreditada. O que aliás não tem muita importância. Afinal, sabemos já, o paciente deve tomar os remédios que lhe são prescritos não tanto porque possam curá-lo, e sim para não levar um tiro do médico.

Submetida à esta política, a economia vai mergulhando numa crise que se aprofunda a cada dia. A luz das observações anteriormente feitas sobre o tratamento que lhe vem sendo dispensado será possível prever quando se atingirá o fundo do poço?

Em condições normais, para que um processo recessivo seja detido, é necessário que os sinais do mercado se invertam e/ou que a política econômica (que freiou a economia para corrigir determinados excessos) seja revertida. No presente caso, porém, não são os sinais de mercado os responsáveis pela regressão em curso e, quanto à política econômica, não tendo por referência a economia interna, só seria revertida com a cessação das pressões externas. Como porém a dívida é gigantesca, os juros não tendem a cair, o comércio internacional vai se adaptando à crise (ao invés de superá-la), e sobretudo, os credores, traumatizados pela história recente, tudo farão para reduzir os seus compromissos no Brasil, as pressões externas prosseguirão por muitos anos. Nestas circunstâncias, o que sim poderá variar é aquilo que os credores entendem que deva ser feito no País.

A este propósito, convém recordar um episódio recente: Martinez de Hoz, cabeça de um governo que destruiu a indústria argentina e criou uma gigantesca dívida externa (sem sequer importar petróleo ou realizar obras faraônicas), foi sempre entusiasticamente aplaudido pela comunidade financeira internacional. Tendo me referido a esta macabra

experiência histórica, avanço mais um passo absurdo adentro. E se amanhã os acionistas dos bancos credores, convertidos ao malthusianismo, passarem a crer que o problema do País consiste num excesso populacional de algumas dezenas de milhões de habitantes? E, mais: se a seguir, pesadas mas consequentes (como se pressaria em dizer algum escriba local) passarem a requerer a correção, ainda que amarga, deste "excesso"?

O fato de que as propostas de política econômica não tenham a ver diretamente com os interesses da economia e da população, de que o seu significado seja obscuro, e os seus resultados duvidosos, tem sérias consequências de natureza política. Numa palavra, a instabilidade inerente a esse tipo de política econômica impede que o seu conteúdo sirva de base para negociações e entendimentos entre as forças sociais. Em tais condições, não há balizamento possível do caminho a ser seguido. E isto por razões que não podem ser superadas por recurso ao arbítrio e à violência.

Diversas sociedades enfrentaram e venceram desafios muito superiores àqueles em que se defronta este País. Para isto, no entanto, foi necessário uma margem de entendimento e coesão que não pode verificar-se numa sociedade submetida ao processo aqui caracterizado. A condição necessária — mas evidentemente não suficiente — para que se supere este gênero alienado e ineficaz de política econômica, é a ruptura com o FMI. Sem esta medida não será possível voltar a referir os programas econômicos aos interesses da sociedade — condição para que as forças sociais façam valer a sua força em torno da mesa de negociações. Caso contrário, a economia brasileira continuará regredindo e à deriva. Após um colapso, virá outro colapso, e após uma explosão social virá outra explosão social.

Muito do que hoje se passa nesse País era, aliás, inimaginável há apenas um ano.

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO é presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) e professor titular da Universidade Federal daquele Estado. Autor, entre outros, de "Sete Anos de Economia Brasileira".

## As restrições do lado de cá

STEPHEN CHARLES KANITZ

Está na hora de os Bancos Internacionais se conscientizarem de que o Brasil não será o único a fazer as adaptações necessárias à nova realidade financeira internacional.

Está na hora de pensarmos um pouco nas restrições do lado de cá das propostas do FMI e preocuparmos menos com as "restrições do lado de lá" das propostas brasileiras.

As críticas do "The Economist" à minha proposta publicada no "The Guardian", como afirma o prof. Macedo, foram passionais e ingênuas. Se o "Economist" realmente acha que seus bancos estão emprestando a dilatórios, então que não esperem que o povo os pague. E o próprio "Economist" acaba concordando que cobrar 15% de juros é uma extorsão.

Mas a reação que eu obtive dos banqueiros internacionais, a quem apresentei a idéia foi bem mais favorável. Gostaram ainda mais quando mostrei que a única alternativa era uma longa moratória. Nada como saber persuadir o oponente com os argumentos adequados.

O plano que proponho é em resumo o seguinte: 1. O Brasil deve declarar-se disposto a pagar juros reais e não nominais, e não pagar juros nos quais esteja embutida artificialmente a inflação internacional. 2. Pagaremos juros reais de 2% ao ano, a média que prevaleceu nos últimos 20 anos. A partir de 86, se os bancos internacionais criarem um "prime rate" real, pagaremos os juros de mercado. 3. Em troca garantiremos a perda de poder aquisitivo da dívida, oferecendo uma correção do capital emprestado segundo algum critério estabelecido pelas partes como o "consumer price index" ou o "wholesale index" ou a variação de preço de alguma "commodity" que o Brasil exporte. 4. Pagaremos taxas de intermediação equivalentes a 20% da taxa de juros. 5. De acordo com esse plano só necessitaríamos em 1984 de um superávit de US\$ 2,8 bilhões e não os US\$ 9 bilhões previstos. 6. Como garantia, nos com prometemos a manter reservas internacionais equivalentes a 20% da dívida e a não gas tar este valor em obras governamentais.

Segundo as projeções financeiras do meu plano publicado pela revista Exame, fica claro que seus efeitos são iguais ou até melhores do que uma moratória.

Eu não discuto que uma moratória unilateral faria um bem danado para o ego desta Nação, mas seria péssimo para a imagem e reputação de nossos filhos.

Este plano poderia ser considerado uma "moratória branca", uma moratória com classe: tem os mesmos efeitos e nenhuma das consequências.

Politicamente este plano tem grandes atrativos porque não tripudia o inimigo, embora ele o mereça. O plano por completo foi publicado no Jornal da Tarde, e possui algumas outras vantagens para os banqueiros. Como por exemplo, um compromisso de não gastar as reservas internacionais que meu plano gera, em novas obras faraônicas, até atingirem 20% da dívida. No fundo uma vantagem para o Brasil também.

Para que exigir uma dilatação de prazo se isto não é preciso? Para que admitir incapacidade de pagar nossa conta de juros, quando isto também não é verdade? Para que sair na história como bandidos quando na realidade somos vítimas?

O Brasil não está em atraso com as suas despesas de juros, são os bancos e o FMI que estão atrasados em termos de contabilidade em regimes inflacionários, como o americano.

Meu grande temor é que algum outro país mais ágil, saia com esta idéia primeiro. Sabemos que os bancos não precisam se adaptar para acomodar um único país, e o primeiro que sair na frente leva. Os demais é que terão de esperar a mudança do sistema.

Por outro lado, quem disse que precisamos esperar que os bancos se adaptem? É só o Banco do Brasil soltar "bonds" à prova de inflação americana, que o resto corre atrás. E se o FMI quiser realmente ajudar, em vez de nos dar dinheiro, poderia dar um aval nestes papéis, até recuperarmos nossa credibilidade.

Pensando bem um aval é a única coisa que o FMI pode nos dar, porque dinheiro ele já não possui há muitos anos.

Embora não digam em público, os

# A Palavra do Leitor

"É estranha a coincidência..."

"É estranha a coincidência com que, em apenas 5 dias, o litoral paulista sofreu três acidentes de vazamento de óleo. O ministro das Minas e Energia explica calmamente que os prejuízos da Petrobrás serão cobertos pelo seguro."

"E quanto às pessoas que vivem do turismo ou da pesca?"

Sra. Sonia Maria Garcia (Marília, SP).

Resposta do deputado Paulo Frateschi

"Este deputado, nominalmente, e a Assembléia Legislativa enquanto tal, foi objeto de críticas da parte do sr. Latuf Abdala, publicadas na "Folha" no dia 16/10/83 na Seção "A Palavra do Leitor", pela aprovação no dia 21 p.p. do Projeto de Lei nº 11, de minha autoria.

"O projeto se inscreve numa campanha pelo ensino público e gratuito. Além de proibir a cobrança de taxa de matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino, proibe também a cobrança de quaisquer contribuições para a merenda escolar ou para a confecção de provas, documentos ou certificados. Por outro lado, proíbe ainda que o uso do uniforme escolar seja obrigatório. Isto é, ninguém pode ser impedido de assistir aulas, o que é um direito, por não dispor de recursos para adquirir uniforme. Cada escola poderá decidir democraticamente, através do debate entre pais, alunos e mestres, qual a forma que pretende usar para identificar seus alunos. Contudo, disso não pode decorrer qualquer ônus ou encargo financeiro para o aluno.

"Este projeto não expressa a opinião arbitrária de um deputado, ou mesmo a vontade de um corpo de deputados distanciado das aspirações da comunidade interessada nestas questões. Longe disso, traduz reivindicações históricas dos professores e estudantes secundárias em seus Congressos, tendo sido enviado pela Confederação dos Professores do Brasil a todas as Assembleias Legislativas do País, como expressão da vontade organizada do professorado.

"E de se esperar que existam educadores de opinião contrária ao Projeto. Entretanto, nossa opção é sempre de atender a vontade organizada do povo de São Paulo.

"Em sua carta, o sr. Latuf Abdala faz uma afirmação que, por ser uma meia verdade, pode induzir os leitores deste jornal a uma compreensão equivocada do que realmente se passa nas escolas.

"Diz ele que 'nenhuma escola estadual vincula matrícula à contribuição de APM, apenas aproveitada a oportunidade, para solicitá-la'. A verdade é que o Estatuto das APM proíbe a arrecadação de contribuições durante o período de matrícula. Entretanto, estas taxas vêm sendo cobradas em muitas escolas neste período e, seja pelo constrangimento que criam, seja pelo expediente utilizado, terminam aparecendo como condição para a efetivação da matrícula.

"Gostaríamos entretanto de deixar claro que a nossa luta não é contra as APMs, muito pelo contrário, achamos que as APMs têm um papel essencial na determinação dos rumos do processo educacional na escola pública e no estreitamento dos vínculos entre a escola e a comunidade. Nossa luta é sim pelo ensino público e gratuito, o que significa que lutamos para que o Estado assuma suas responsabilidades.

"Quando à despreocupação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo com a educação, pediria ao sr. Abdala que entrasse em contato direto com este deputado para que pudesse dizer-lhe dos projetos relativos a este tema ora tramitando nesta Casa de Leis e o trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação. De qualquer forma, a luta em favor da escola pública não pode e não deve restringir ao trabalho legislativo, mesmo porque todos conhecemos a limitação deste Poder no nosso País."

Sr. Paulo Frateschi (Deputado estadual).

## Uma defesa dos fogões elétricos

"Lendo sempre a "Folha", deparamos com a necessidade de se dispor dos tão escassos dólares na compra de petróleo para produzir gás de cozinha, aumentando a dívida externa do Brasil.

"Sugiro portanto ao governo Montoro que conceda um abatimento nas contas de eletricidade (barateamento da energia elétrica) às famílias que se dispuserem a usar fogões elétricos. Estes, além de econômicos, limpos, deram prova de eficiência na década de 60, tornando-se contraproducentes a partir da falta de energia naquelas épocas em que houve até racionamento de eletricidade (antes da construção das grandes hidrelétricas que hoje geram eletricidade de sobra).

"É uma medida patriótica, pois dispomos assim daquilo que é nosso, produto dos rios brasileiros, poupando a importação na conta petróleo. Basta um aceno dos governantes neste sentido, que as indústrias paulistas têm condições de voltar a produzir os saudosos fogões elétricos."

Sr. Aleir M. Giovanni (Ribeirão Pires, SP).

## "Mais um ano no mandato?"

"O presidente Figueiredo recebeu as seguintes notas nas seguintes "matérias": educação e saúde, 3,9; agricultura e abastecimento, 3,6; política externa, 3,4 (em minha opinião nessa "matéria" a nota deveria ser maior); política, 3,3; trabalho e previdência social, 3,0; e finalmente, economia, 2,2. Média geral: 3,9.

"Será que o atual chefe de governo repetirá de ano e ficará mais um ano no mandato?"

Sr. R.A. (Capital, SP).

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil \*\* \*

Publicada desde 1921  
Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Editor Responsável  
Boris Caspary

Conselho Editorial  
Boris Caspary, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Carvalho Leite, Joelmir Baiting, José Silveira, Osvaldo Perceval e Otávio Frias Filho (secretário).

SÃO PAULO  
Redação, Administração, Publicidade e Oficinas — Alameda Bordo do Limão, 425 — Campos Elísios — São Paulo — Telefone Central (011) 228-0011 — Caixa Postal, 8079 — Endereços telegráficos — FO-LHAS — Folha Informções — Fone (011) 220-1622 e Telex n.º 01122930, 01124030, 01121793, 01122822 — Código Postal: 01202.

Sucursal de Brasília — (DF)  
C.E.S. 104 Bloco C — Lotes 33 e 34  
Telefone Central (061) 223-3005

Sucursal do Rio de Janeiro — (RJ)  
Av. Presidente Vargas, 502 — 8.º andar  
Telefone (021) 233-7087

Sucursal de Belo Horizonte — (MG)  
Av. Augusto de Lima, 407 — 1.º, 19 e 20  
Telefones (031) 226-3844 — 226-3025

Sucursal de Porto Alegre — (RS)  
Rua Jerônimo Coelho, 102 — 3.º andar  
Telefone (0512) 25-9924

Sucursal de Curitiba — (PR)  
Rua Bellator Corrêas dos Reis, 1.172, II, 11  
Telefone (041) 222-3245

Sucursal de Florianópolis — (SC)  
Rua Anita Garibaldi, 8 — sala 5  
Telefone (0482) 22-5233

Sucursal de Recife — (PE)  
Rua Cléia Campelo, 44 — sala 304  
Telefones (081) 224-3896

Sucursal de Campinas — (SP)  
Rua Dr. Góes, 1.251  
Telefones (0192) 31-5184 e 8-9308

Sucursal de São André — (SP)  
Rua Siqueira Campos, 540/544  
Telefones 449-6201 e 449-6090

Sucursal de Santos — (SP)  
Rua do Comércio, 32  
Telefone (0132) 32-7141

Sucursal de Londrina — (PR)  
Rua Santa Catarina, 152  
Telefones (0432) 23-6174 e 23-9563

Sucursal de Salvador — (BA)  
Rua Chile, 23/25, conj. 406  
Telefone (071) 243-7972

Correspondentes no Exterior  
Paris: Cláudio Abramo  
Nova York: Paulo Francis  
Buenos Aires: Cláudio Rossi